



FORMAÇÃO DE REDE DE APOIO COMO ESTRATÉGIA PARA INCLUSÃO DE ESTUDANTES NO SEGUNDO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Márcia Marin – Colégio Pedro II (RJ)

Rosana Glat – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Este trabalho é um recorte que envolve resultados de uma pesquisa que abordou a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, no segundo segmento do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), numa escola pública federal.

A instituição, considerada de excelência acadêmica, referendada por avaliações externas, é também marcada por mecanismos de meritocracia e exclusão. Para além da classificação por desempenho, a concepção de excelência, adotada neste estudo, aponta para o ideal de educação para todos.

Foi uma pesquisa de matriz qualitativa, desenvolvida metodologicamente por *estudo de caso*, realizada em uma classe de 8º ano. Para a coleta de dados foram utilizadas observações, entrevistas e análise de documentos escolares.

Neste trabalho especificamente, serão destacados os resultados que apontaram para o papel imprescindível de um professor de referência para o desenvolvimento de ações de inclusão. E o foco está na iniciativa da formação de uma *rede de apoio pedagógico*, constituída, principalmente, por professores de disciplinas específicas, que ministravam aulas, às vezes individualizadas ou em pequenos grupos, para os alunos com necessidades especiais, o que é relevante na estrutura do segundo segmento.

Sendo assim, o objetivo deste texto é o de apresentar e discutir resultados referentes a uma rede de apoio formada por elementos presentes na própria escola, como suporte para a inclusão.

Complexidades do trabalho no segundo segmento

Embora a inclusão nos anos mais adiantados de escolaridade nas escolas brasileiras seja uma realidade crescente, a revisão de literatura mostrou uma escassez de produção sobre o tema. Alguns estudos, porém, trazem questões significativas.

Em sua dissertação de mestrado, Silva (2009) realizou uma pesquisa no interior do Estado de São Paulo, focando o ensino de História para alunos com deficiência intelectual, de 5ª a 8ª série¹, com objetivo específico de compreender a concepção de êxito no ensino de História para esses alunos. O autor concluiu que:

¹ Nomenclatura usada no texto original.



I Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusiva

13ª Jornada de Educação Especial

Desenhos Contemporâneos da Educação Especial e Inclusiva: fundamentos, formação e prática
18 a 20 de maio de 2016

a inclusão escolar destes apresenta dois grandes potenciais: a inauguração de uma nova forma de exclusão social em que alunos estarão inseridos em espaços que sutilmente desconsiderarão a sua presença, ou a provocação de uma completa revisão dos objetivos da escola (SILVA, 2009, p. 125).

Outro estudo encontrado foi a tese de doutoramento de Antunes (2012), que revelou as contradições e a complexidade do processo de inclusão de jovens com deficiência intelectual em escolas comuns, particularmente quando se trata da inserção de jovens no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio de uma escola pública.

Uma das discussões do estudo, baseado em depoimentos pessoais desses alunos, foi que “as políticas de inclusão, embora bastante avançadas do ponto de vista de suas concepções teóricas, na prática não se traduzem na superação de práticas homogeneizadoras de ensino e organização do espaço escolar” (ANTUNES, 2012, p.8). As conclusões da pesquisa mais uma vez corroboram a visão de que a escola estratifica, classifica e não promove a inclusão.

Na revisão de literatura foi encontrado, ainda, um capítulo de livro que tem por título “O Ciclo II do Ensino Fundamental”, de Oliveira, Valentim e Silva (2013), que aborda a estrutura do segundo segmento e os desafios que apresenta em processos de inclusão escolar, especificamente para alunos com deficiência intelectual.

O texto faz uma discussão sobre políticas públicas educacionais a nível macro e formula indicadores para a participação efetiva em sala de aula de alunos com deficiência que estão no segundo segmento.

Com relação às diferenças entre os anos escolares iniciais e finais, os autores demarcaram o seguinte:

Uma dessas características que marcam diferenciais significativos em relação às etapas anteriores da educação é a especialização do docente responsável por cada área do conhecimento: se, até o quinto ano, as disciplinas componentes do currículo são concentradas em um único profissional ou partilhadas por um restrito número de professores, a partir do sexto, cada componente curricular geralmente é ministrado por um profissional licenciado especificamente naquela área do conhecimento (OLIVEIRA; VALENTIM; SILVA, 2013, p.68).

Essa característica da organização por disciplinas, com um professor para cada componente curricular, é uma diferença marcante entre os segmentos; há professores, por exemplo, que têm contato com a turma, no máximo, uma vez por semana por 90 minutos. Com classes superlotadas, tempo restrito e várias turmas para ministrar aulas, é um desafio docente conhecer necessidades, limites e possibilidades dos sujeitos, não sendo possível aprofundamento nos casos que exigem maior atenção.

Quando há estudantes com necessidades especiais inseridos nas turmas, o trabalho pode ser acompanhado por professores designados para ações inclusivas. No caso estudado, havia



uma professora oriunda do primeiro segmento, com formação generalista e especialização em educação especial, cuja atuação direta com os estudantes se mostrou insuficiente, em função do número elevado de alunos e, principalmente, porque não conseguia favorecer a aprendizagem dos estudantes de acordo com os componentes curriculares, pois não tinha conhecimento da área específica, como Língua Estrangeira, Desenho Geométrico, Física, Matemática, Química, só para exemplificar.

Como, então, garantir a aprendizagem escolar (um dos pilares da inclusão) do aluno que alcança anos escolares mais adiantados? Ele precisa seguir aprendendo. Se o professor que dá suporte para a inclusão não tem conhecimento sobre componentes curriculares específicos, como promover o ensino?

Buscando alternativas

Como tentativa de responder a essa necessidade de ensino por área específica, o estudo aqui apresentado desvelou uma alternativa desenvolvida pela professora de referência em educação especial, que foi a formação de uma *rede de apoio*, captando recursos humanos dentro da própria escola, para atender alunos que não recebiam acompanhamento adequado. Foi um caminho para envolver componentes da comunidade escolar em práticas inclusivas e ampliar o apoio aos alunos (BOOTH; AINSCOW 2011; FERREIRA; MARTINS, 2007; MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014). Fica destacado que formou-se uma rede de apoio *pedagógico*, para promoção do ensino e da aprendizagem.

Em seu relatório de atividades, a docente apontou algumas estratégias:

- 1- Participação nas RPSs (Reuniões de Planejamento Semanal) para falar dos alunos e do planejamento;
 - 2- Aproximação do SESOP (Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica), do Serviço Social, da Direção Pedagógica;
 - 3- Participação nos projetos do NUTH (Núcleo Transdisciplinar de Humanidades) e LACIIPED (Laboratório de Criatividade, Inclusão e Inovação Pedagógica)²;
 - 3- Organização de grupos de pesquisa (altas habilidades) e de estudo (com a participação dos professores do CPII e professores residentes), inclusive para o PROEJA (Educação e Jovens e Adultos);
 - 4- Participação como supervisora da Residência Docente³.
- (Trecho do relatório de atividades da professora de referência – final do ano letivo de 2014)

Diante de seus limites técnicos e de tempo em atender um número grande de alunos, totalizando quase 40, numa unidade escolar com cerca de 1200 estudantes, a profissional teve como empenho buscar alternativas de trabalho junto a seus pares, e de acordo com as possibilidades de estrutura e administrativas da instituição.

² O Núcleo Transdisciplinar de Humanidades (NUTH) e o Laboratório de Criatividade, Inclusão e Inovação Pedagógica (LACIIPED) são dois grupos de estudos interdisciplinares ligados à instituição estudada.

³ Residência Docente é um programa de formação, oferecido a professores de outras redes públicas de ensino.



I Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusiva

13ª Jornada de Educação Especial

Desenhos Contemporâneos da Educação Especial e Inclusiva: fundamentos, formação e prática
18 a 20 de maio de 2016

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014, p.24) apontam a formação de rede de apoio como uma política a se efetivar, que pode ter vários arranjos, de acordo com o que estiver disponível.

A literatura sobre inclusão escolar e os sistemas de ensino há tempos têm entendido que uma política efetiva requer uma rede de diferentes tipos de apoio, porque as necessidades das crianças e jovens da população-alvo da Educação Especial são variadas em natureza e intensidade, não havendo nenhum tipo de apoio que sirva como modelo de tamanho único para apoiar toda essa população.

Pode-se até considerar, de certa forma, que esta ação se constituiu, na prática, como uma formação docente em serviço. A professora de referência orientava cada docente, que foi compondo a rede de apoio, naquilo que era específico, esclarecendo sobre as necessidades dos alunos e o que eles precisavam em termos de ensino, como o uso de recursos específicos e a aplicação de estratégias diferenciadas.

A iniciativa de propor aos colegas que alocassem parte de sua carga de atividades de docência em aulas de apoio junto aos estudantes com necessidades especiais, recebeu adesões imediatas e favoreceu alunos individualmente, com aulas de Matemática, Ciências Sociais, Música, entre outras. A mesma receptividade aconteceu no programa de residência docente (PRD), quando se propôs que o estágio obrigatório poderia, em parte, ser realizado junto a esse alunado.

Foi possível verificar que muitos professores, de várias áreas, começaram a se interessar e se envolver com o trabalho, mesmo que fossem em um ou dois tempos de aula durante a semana, para atuar com algum aluno mediante suas necessidades educacionais, pois os professores têm tempos para alocar em atividades pedagógicas, além dos que dá em sala de aula na regência.

Um exemplo é de uma professora de Música que destinou dois tempos semanais de aulas individualizadas para um estudante com deficiência intelectual do 8º ano, com o objetivo de promover seu melhor desenvolvimento no contato com a linguagem musical. Outro, é de uma professora de Matemática que trabalha individualmente, com dois tempos semanais, tirando dúvidas dos alunos das séries mais altas, a partir do 9º ano, que tenham dificuldades de aprendizagem.

A educação especial é muito recente e se deu principalmente a partir da lotação da professora da sala de recursos aqui, ela é uma aglutinadora, uma articuladora dessas ações, impressionante... Porque até então, eu já estou aqui há quase 10 anos, a gente sabia da realidade quando chegava na sala de aula, aí no primeiro conselho de classe é que a gente era informado que o aluno tal tinha dificuldades tais e que esse aluno tinha que ser tratado dessa forma, que tinha que ser trabalhado dessa maneira, enfim, a gente não tinha sequer mediação, sequer informação prévia sobre as questões que a gente encontraria em sala de aula. (Professor de História – em entrevista)



I Congresso Internacional de Educação
Especial e Inclusiva
13ª Jornada de Educação Especial

*Desenhos Contemporâneos da Educação Especial e Inclusiva: fundamentos,
formação e prática
18 a 20 de maio de 2016*

Nesse contexto, se descortina o papel da educação especial na promoção da inclusão, tanto nas práticas cotidianas no atendimento aos alunos, como em ações mais amplas que envolvem a comunidade escolar.

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (BRASIL, 2008, p. 10)

Os dados mostraram que a presença de um profissional de referência em educação especial, responsável por ações inclusivas, ainda é necessária para a promoção do diálogo, o planejamento de propostas novas e a criação de uma rede de apoio.

Por fim, o estudo desvelou uma realidade em que a participação de alunos com necessidades especiais no segundo segmento instaurou reflexões e ações que vêm intervindo na constituição de uma nova cultura escolar.

Referências

- ANTUNES, Katiúscia Cristina Vargas. *História de Vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar e a constituição do sujeito*. 2012.154f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- BOOTH, Tony e AINSCOW, Mel. *Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas*. Reino Unido: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE). 3 ed, 2011. Tradução de Mônica Pereira dos Santos e João Batista Esteves (LaPEADE - Laboratório de Pesquisa, estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação - UFRJ). Disponível em:
<<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/documentos/index2012-final%20FOTOS%20BRASIL.pdf>> Acesso em: 11 de outubro de 2013.
- BRASIL. MEC. *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC, Brasília, 2008. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 05 de dezembro de 2013.
- FERREIRA, Windyz Brazão; MARTINS, Regina Coeli Braga. *De docente para docente: práticas de ensino e diversidade para a educação básica*. São Paulo: Summus, 2007.
- MENDES, Eniceia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. *Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; VALENTIM, Fernando Oscar Dourado; SILVA, Luis Henrique. *Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.
- SILVA, Luis Henrique da. *A concepção de êxito no ensino de História para alunos com deficiência intelectual*. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília (SP), 2009.